

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



(11) 95675-2133

Nº 25

01/04 a 30/04 de 2023

R\$ 2,00

DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA É LUTAR CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO



3

**A IMPUNIDADE DOS GOLPISTAS
DE ONTEM E DE HOJE**

5

**A LUTA PELA REVOGAÇÃO DO
NEM**

4

**A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER TRABALHADORA**

6

**O MONOPÓLIO E
MELHORAMENTO DE PLANTAS E
ANIMAIS**

5

**A SUBJETIVIDADE DA
JUVENTUDE**

Encarte

**49 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS
CRAVOS**

LIBERALISMO NOS OUTROS É REFRESCO

A última quebra bancária de grandes proporções nos Estados Unidos foi em 2008 com a crise desencadeada pela falência do Lehman Brothers quando o sistema bancário e financeiro foi duramente atingido, entre outras coisas, pela chamada “crise hipotecária”.

No início de março, foi a vez dos **Silicon Valley Bank** e **Signature Bank**, causando certo temor de essa quebra ser apenas a “ponta do iceberg” e que pode haver outros bancos e instituições financeiras na mesma situação.

Tentando conter a crise, o presidente Biden afirmou que os depósitos existentes serão garantidos. Ao mesmo tempo, ele falou sobre a regulamentação do setor. Mais uma vez, como aconteceu após a crise do Lehman Brothers, o Estado capitalista parece vir em auxílio ao grande capital financeiro, salvando seus negócios.

Na crise de 2008, houve uma forte intervenção dos países do G20 estimada em 1,1 trilhão de dólares (mais ou menos 5 trilhões de reais) para salvar bancos e empresas, ou seja, o Estado capitalista repassando dinheiro público para empresas. Diziam que era para evitar uma grande falência do sistema financeiro.

Se isso evitou falências e garantiu os lucros de bancos e empresas também implicou em um enorme ônus para as finanças públicas e, logicamente, para a vida da classe trabalhadora nesses países, pois significa menos serviço público e menos direito.

Nos anos seguintes, tornou-se cada vez mais evidente a deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora e dos setores populares dos Estados Unidos. Assim, enquanto os grandes bancos eram salvos pelo Estado, a população trabalhadora viu suas condições de vida piorarem.

Fica mais uma vez evidente a profunda irracionalidade do sistema capitalista, onde os negócios do grande capital acabam jogando milhões em situação cada vez mais crítica.

A ideia do liberalismo de que o Estado não pode intervir na economia, mas apenas fiscalizar e regular, cai por terra quando se trata de bancos e empresas.

O QUE É ISSO, “COMPANHEIRO” ?

Zeca do PT, deputado estadual e ex-governador do Mato Grosso do Sul, demonstrou quais são as consequências da aliança do “progressismo” e o que há de mais conservador no Brasil, os latifundiários do agronegócio. Na sessão da Assembleia Legislativa do dia 9/3, Zeca do PT disse ser “*uma barbaridade de que estão fazendo com o amigo e companheiro Raul*”, em referência ao fazendeiro José Raul das Neves Jr. que cultiva, irregularmente, soja em território Guarani no município de Rio Brillante.

Ainda afirmou que “*dois ônibus derramaram indígenas lá*”, referindo-se à ação de retomada do Tekoha, movimento social protagonizado pelo povo Guarani-Kaiowá que possibilitou o avanço das demarcações de terras, mesmo contra a vontade dos governos.

A fala do parlamentar é um desrespeito à luta dos povos originários que, inclusive, ajudou a eleger candidatos do PT que diziam trazer um novo tempo, depois de quatro anos de intensos ataques da extrema-direita. Também o presidente Lula não

aceitará “invasões” de terras e que a demarcação e reforma agrária só sairão com a compra de terras.

Ao deslegitimar a luta indígena e defender a propriedade privada acima do direito à vida, a posição do deputado e do presidente da República tem consequência direta no aumento da violência contra esses povos que sofrem há séculos o esbulho de seu território num dos estados que mais mata indígena.

A fala de que “*não há estudo antropológico definindo ser terra indígena*”, além de inverídica, não justifica a defesa do latifúndio. A terra dos Guarani-Kaiowá integra a Terra Indígena Brillantepagua cuja demarcação ainda não foi finalizada, com o processo se arrastando desde 2007.

Esta fala de Zeca do PT não é isolada. Há uma contradição no discurso do governo, que se diz ao lado dos pobres, mas que governa para os grandes proprietários. Um Ministério dos Povos Indígenas pode ser apenas uma chancela para uma política de governabilidade do capital.

NÃO ESTÁ NADA JOIA

A família Bolsonaro está no centro dos noticiários policiais. Numa viagem a Arábia Saudita, em 2019, a comitiva do Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque trouxe duas remessas de joias preciosas, “joias masculinas” (R\$400 mil) para Bolsonaro e “joias femininas”, (R\$16 milhões) para Michelle. Mas, pela ação da Receita Federal, as “joias femininas” ficou retida. “Curiosamente” a remessa de menor valor ficou com Bolsonaro.

Nem Bento Albuquerque, nem o assessor que carregava as joias - ambos militares - declararam a entrada delas no país que é obrigatória por lei e deveria serem incorporadas ao patrimônio da União. Mas, o que fizeram foi tentar incorporar o “presente” ao patrimônio dos Bolsonaro, sem declaração da doação e sem pagar impostos sobre o valor das joias.

Bolsonaro fez várias iniciativas para liberar as joias: pressionou o secretário da Receita Federal, seu braço direito, Coronel Cid, também tentou dar uma “carteirada” e nos últimos dias do mandato foi a vez de outro sargento ir ao aeroporto de Guarulhos. Sem sucesso, pois enfrentaram servidores com estabilidade e puderam enfrentar até o presidente da República sem medo de perder o emprego.

O jornal Estadão revela que foram 8 tentativas de ficar com as joias direcionadas a Michelle, que, por sua vez diz que não sabia de nada. Agora fala em um terceiro lote que ainda está com Bolsonaro, avaliado em mais de 500 mil reais.

Outra coincidência é a pauta do almoço com diversos diplomatas dos países do golfo na casa do embaixador da Arábia Saudita: A venda da refinaria estratégica da Petrobrás, Landulpho Alves, para a Mubadala Capital, uma empresa de investimentos dos Emirados Árabes, pelo valor de R\$1,8 bilhão, muito abaixo do valor avaliado pelo mercado, concretizada no final de 2021.



59 ANOS DO GOLPE MILITAR: TORTURADORES E ASSASSINOS IMPUNES

No dia 31 de março, completou 59 anos do golpe militar brasileiro.

Enquanto na Argentina, que ao fim de sete anos de ditadura militar, teve os ex-presidentes militares Jorge Videla, Roberto Viola, Leopoldo Galtieri e Reynaldo Bignone presos, no Brasil, os militares e agentes do regime militar, responsáveis pela tortura, assassinatos, desaparecimentos e ocultação do cadáveres de centenas de opositores, ficaram soltos.

Essa diferença no trato com os crimes políticos das ditaduras se deu muito em função de que no Brasil, ao contrário do que aconteceu na Argentina, ocorreu uma transição negociada do chamado Estado de Exceção para a “Nova República”, vigente até hoje.

A derrota da Argentina na Guerra das Malvinas (1982) para o imperialismo inglês foi outro elemento que precipitou a ação radicalizada das massas para a derrubada do regime militar na Argentina.

No Brasil foi um processo mais controlado pelas classes dominantes. A “Campanha das Diretas”, que poderia ter derrubado o regime militar muito antes, foi traída pela oposição burguesa, liderada por Tancredo Neves e com o apoio de Ulysses Guimarães, Montoro, FHC e Brizola. Essas lideranças fizeram um acordo com os militares e jogaram a eleição para o controlado Colégio Eleitoral, sendo eleita a chapa Tancredo como Presidente e José Sarney (velho apoiador da ditadura).

Dessa forma, o entulho autoritário do regime (o colégio eleitoral) foi legitimado, o que terminou, por ironia da história, com o presidente do partido da ditadura, frente à morte inesperada de Tancredo Neves, Presidente do país.

Com o advento da “Nova República” e o fim do regime militar, centenas de militares e agentes da repressão, além de não serem punidos, ganharam cargos no governo Sarney. Esses criminosos já tinham sido beneficiados pela Lei de Anistia de

1979 que igualou torturados e o torturadores, livrando a cara de torturadores e assassinos do regime militar. A “Nova República” só sacramentou a impunidade.

Não é de se espantar quando a atriz e deputada federal do PMDB, Bete Mendes, em viagem ao Uruguai, em 1986, reconheceu o seu torturador, o genocida coronel Carlos Alberto Ustra (chefe do DOI-CODI/SP da rua Tutoia, conhecido como “Casa da Vovó”) como adido militar do governo. É verdade que Ustra perdeu o emprego, mas outros continuaram mamando nas tetas do Estado.

Apesar das diversas denúncias dos crimes da ditadura (tortura, assassinato e desaparecimentos) tudo se manteve inalterado. Nada foi mexido, mesmo com dossiês como “Brasil Nunca Mais” de 1985; mesmo com a revelação das valas clandestinas no cemitério de Perus/SP com as ossadas de mais de 40 presos políticos e mesmo com o funcionamento da Comissão da Verdade, no início da década passada. Os próprios governos do PT, partido que na sua fundação trouxe para o seu interior centenas de ex-presos políticos, não mexeu um dedo contra o “status quo” de impunidade dos agentes da ditadura.

A PREVENTIVA BURGUESIA BRASILEIRA

A burguesia brasileira, ao longo de dois séculos, se mostrou a mais preparada das burguesias do continente americano. É de se pontuar que o primeiro governante do Estado brasileiro, após a independência, tenha sido um príncipe português. Também é de se notar que a heroína construída por esse Estado como artífice da abolição da escravidão foi uma princesa branca. E que a República tenha sido implantada por um Golpe de Estado do Exército contra a monarquia, tendo como primeiro presidente um Marechal reacionário.

Essa postura preventiva frente a qualquer possibilidade de mudança pela ação “dos debaixo contra os de cima”, buscando controlar os



processos que poderiam fugir do seu controle, foi o que permeou a ação burguesa nos últimos anos da ditadura e de abafar os crimes dos militares, o que acabou sendo conseguido, com relativa facilidade.

08 DE JANEIRO: GOVERNO LULA SEGUE A IMPUNIDADE

A apuração e punição para quem participou da tentativa de golpe de Estado no dia 08 de janeiro tem seguido o mesmo ritual preventivo da classe dominante brasileira. Afora a “raia miúda” (manifestantes bolsonaristas) que foi presa, nenhum alto oficial das Forças Armadas ou grande empresário que financiou ou participou da preparação do ato golpista foi preso ou processado.

O próprio governador bolsonarista do DF, Ibaneiz Rocha, conivente com tudo que ocorreu na capital do país em 08 de janeiro, já retornou ao cargo, com a anuência do STF.

É público e notório, que as Forças Armadas facilitaram a ação golpistas, retardando, inclusive, a atuação da polícia em prender os manifestantes de extrema-direita, o governo de Frente Ampla de Lula, prendendo só a “raia miúda” bolsonarista, deixa impune os militares, da mesma forma que ocorreu no final da ditadura. Assim, mais uma vez, mantém intacto o comando das Forças Armadas, espinha dorsal do Estado burguês brasileiro.

Lembramos, por fim, que a impunidade dos torturadores e assassinos do regime militar permitiu aos remanescentes dos porões da ditadura parir a excrescência chamada Jair Bolsonaro, antes um obscuro capitão. Uma nova anistia aos golpistas de 08 de janeiro resultará em fortalecimento da extrema direita. O reaparecimento de Sérgio Moro, aos holofotes da grande imprensa nos últimos dias, é uma prova disso.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER TRABALHADORA

“É imperdoável nossa atitude de indiferença diante de uma das tarefas essenciais da classe trabalhadora. É inexplicável e injustificável que o vital problema sexual seja relegado, hipocritamente, ao arquivo das questões puramente privadas. Por que negamos a este problema o auxílio da energia e da atenção da coletividade? As relações entre os sexos e a elaboração de um código sexual que regulamente estas relações aparecem na história da humanidade, de maneira invariável, como um dos fatores da luta social. Nada mais certo do que a influência fundamental e decisiva das relações sexuais de um grupo social e determinado no resultado da luta dessa classe com outra, de interesses opostos.” (Alexandra Kollontai, 1911)

Há mais de um século, a revolucionária Alexandra Kollontai já indicava que uma das tarefas essenciais de nossa classe social é a atenção e auxílio às relações entre os sexos, na luta das classes sociais opostas.

E o sistema capitalista para aumentar a exploração tem, de fato, adquirido um caráter mais violento e doloroso sobre a mulher da classe trabalhadora com a intensificação da opressão (do patriarcado, do machismo, do racismo, do preconceito, da constante retirada de direitos, das desigualdades sociais, etc.) com o respaldo da burguesia de conjunto, sua extrema-direita e, conseqüentemente, da mulher burguesa.

Para sustentar esse tipo de sociedade violenta, de tempos em tempos, essa burguesia reprime ainda mais e de variadas formas o sexo feminino, as relações sociais e sexuais da classe trabalhadora.

No Brasil e no mundo, para a parcela da população explorada,

têm sido ditados o aumento do conservadorismo, da necessidade de religião, uma hipócrita moral sexual, etc. que reproduzem sem limites, no cotidiano, a perversidade de uma vida sem sentido.

Enquanto isso, uma parcela da sociedade tem seguido indiferente, outra tem criado poucas e não aplicáveis leis, incentivado saídas individuais, impulsionado participações ditas democráticas que remediaram e tentam controlar a consciência, a organização, as revoltas e as lutas contra o poder do Estado, da propriedade privada e do homem.

A INDIFERÊNCIA DIANTE DA VIOLÊNCIA

Com isso, a situação das mulheres que vivem de seu próprio trabalho, são ou não negras, são ou não transsexuais (procuram emprego, dependem de Saúde e Educação públicas, tenham ou não filho para criar etc.), sob as imposições do capitalismo, é de sofrimento e resistência contra esses mais diversos tipos de violências e contra os mais cruéis resultados das ações da classe que vive de nos explorar (empresárias/os, grandes comerciantes, agronegócio, seus vários políticos etc.).

No dia a dia, a maioria de mulheres que precisa trabalhar para sobreviver, no Brasil, enfrenta miséria, fome, demais violências extremadas e o aumento do feminicídio.

Poderíamos demonstrar os dados sobre a intensificação dessas mais variadas formas de violência, mas trazemos os dados do aumento do número de feminicídios notificados de mulheres da classe trabalhadora:

● Houve um aumento de 5% nos casos de feminicídio em 2022 e 2,6% de homicídios, em comparação com 2021. São 1,4 mil mulheres mortas apenas pelo fato de serem mulheres; uma é morta a cada 6



horas, em média.

● Em dados divulgados em 2022, as mulheres negras foram as principais vítimas de feminicídio. Representaram 67% dos casos notificados em 2020.

● Em 2022 foram assassinadas 130 mulheres trans e travestis. E 76% das vítimas eram negras.

Dessa forma, podemos entender que as desigualdades sociais são ainda mais violentas nas desigualdades de gênero e de raça.

As Leis do Feminicídio e Maria da Penha não são efetivas e nem aplicadas para pôr fim às desigualdades. Os diversos governos dizem reconhecer a gravidade, mas não há os urgentes enfrentamentos para mudar essa realidade.

Durante o governo Bolsonaro, o aumento de feminicídios contou com um corte de 90% das verbas públicas contra a violência doméstica e com a “flexibilização” do acesso à arma de fogo (o mais utilizado instrumento para esses assassinatos).

O governo Lula iniciou seu mandato com o Ministério das Mulheres colocando como um eixo a retomada da Casa da Mulher Brasileira nas capitais. No entanto, num país com mais de 5500 municípios e apenas 7 Casas. Outro eixo apresentado é o fim da desigualdade salarial, enquanto mantém um salário-mínimo de R\$ 1302,00 com o valor de uma cesta básica necessária em R\$ 6641,00.

Contudo, essa parcela de homens da classe trabalhadora segue matando, mantendo a dependência financeira e exigindo propriedade do corpo e da mente, o que parece ser relegado até pelos movimentos sociais.

Salvar a própria vida ou garantir seu autossustento é quase impossível para grande parcela das mulheres da classe trabalhadora, a depender das políticas públicas necessárias que não são garantidas historicamente no Brasil por seus governos.



A LUTA PELA SUBJETIVIDADE DA JUVENTUDE

O processo da construção cultural no Brasil é denso e extenso, porém para entendermos a juventude que constitui os meios culturais atualmente é preciso compreender inicialmente a formação histórica do que foi (e do que é) considerado cultura e como essa estrutura trouxe reflexos socioculturais para diferentes expressões artísticas.

Essa construção não se inicia com a colonização, porém, esse fato histórico, influencia muito na nossa realidade artística, sobretudo quando se trata das nossas raízes ancestrais herdadas dos povos originários. Essa influência foi negada durante muito tempo, como um projeto da burguesia de apagar a importância cultural e a comprovação da existência desses grupos anteriormente marginalizados.

A religião, o artesanato e a preservação da memória foram os pilares para a conservação da expressão que influência na composição artística da juventude de hoje. A pluralidade existente na nossa formação cultural advém, justamente, da resistência de povos que compuseram e compõem a classe produtora dos meios de subsistência: a classe trabalhadora.

Vale ressaltar que a repressão sofrida pelos movimentos culturais, principalmente na periferia, perdura ainda nos dias de hoje. Sendo assim, a precarização dos meios culturais

também deve ser uma preocupação da classe trabalhadora, principalmente dos militantes da esquerda radical.

A expressão artística, para a juventude atual, tem sido secundarizada na sua realidade de violência e opressão, que a condiciona a buscar meios para sobrevivência. A escrita, a pintura e a arte teatral são formas de expressão que foram tomadas e voltadas para as elites, que concentram a maior parte de artistas prestigiados.

Entretanto, o sucateamento de projetos sociais, sobretudo nas favelas, dificulta o surgimento de figuras que representem e que eternizem as vivências e realidades da classe trabalhadora artística. Todas essas repressões propositais impostas pela classe dominante, que tem centrado várias formas de violência contra os jovens, são carregadas da ideologia neoliberal. Além de precarizarem os o trabalho, criam meios de alienação através da meritocracia, empurrando jovens periféricos a acreditarem nas propostas irrealis do capitalismo.

A EDUCAÇÃO SEGUE O MESMO PROPÓSITO

Atualmente os meios educacionais apresentam o resultado das investidas do capitalismo com a implementação do Novo Ensino Médio, que tem como fundamento tratar a mão de obra da maioria da juventude como

“empreendedora”, tirando-a dos meios culturais. Esse fato contribui para a degradação da subjetividade da classe trabalhadora, tirando o papel de sujeito artístico e, por conseguinte, de sujeito questionador e ocupante de meios de expressão, tendo em vista que o que tens é desemprego ou sua própria mão de obra.

Dessa forma, essa desumanização financiada pela burguesia, que age como ‘parasita’, afeta intimamente o trabalhador que passa a não somente se enxergar, mas também enxergar o indivíduo da mesma classe, como indiferente já que é arrancada (de si e do outro) a sensibilidade de expressão.

Infere-se, portanto, que a organização entre proletariados e proletárias, a fim de iniciar uma mobilização de massas, precisa ser tratada como prioridade para romper com as amarras que oprimem a classe trabalhadora com seus filhos e filhas em todos os aspectos de sua vivência, sobretudo culturalmente.

Sendo assim, compreender que lutar contra o comércio predatório, a propriedade privada, a mercantilização e destruição das expressões culturais é lutar a favor da renovação da subjetividade e da existência, considerando que a história parte de proletários/as, homens e mulheres de carne e osso, da classe trabalhadora.



A LUTA PELA REVOGAÇÃO DO Novo Ensino Médio

deu início ao retrocesso histórico no campo da Educação brasileira.

Um dos saldos negativos do governo Temer foi a aprovação, em 2017, da Reforma do Ensino Médio. O Novo Ensino Médio –NEM– foi colocado em prática em todo o país no governo Bolsonaro. Genocida de indígenas, negros e da classe trabalhadora, não apenas no que diz respeito à falta de políticas públicas para a COVID-19 e pelo apoio aos latifundiários que matam quilombolas e destroem áreas indígenas, Bolsonaro

Como pedagogos, professores e estudantes denunciam desde 2017, a proposta do NEM consiste em uma formulação neoliberal dentro da Educação, estimulando o conceito de Empreendedorismo, de Projeto de Vida (noção individualista de como o estudante vai ser responsável pelo seu destino), além do aumento das horas de estágio não remunerado (educação para o trabalho ou para enriquecer quem paga pelo trabalho?). Isso vem

sendo implementado e foi construído com a participação e o suporte financeiro de grandes instituições privadas dentre as quais estão: Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Unibanco, Instituto Natura, Fundação Itaú, Grupo Volkswagen e Instituto Ayrton Senna. Só essa lista de créditos já basta entender que o Novo Ensino Médio é uma iniciativa para dar lucro aos capitalistas.

LULA QUER REVOGAR O NEM?

Com a eleição de Lula pela terceira vez, a expectativa da classe

trabalhadora que fez sua escolha pela via eleitoral era de significativa melhora nas suas condições de vida. Mas, como a Emancipação Socialista já analisava nos últimos anos, o PT e seus partidos aliados não representam os interesses da classe. A Frente Ampla que derrotou Bolsonaro nas urnas logo tratou de absorver no parlamento forças que meses antes lhe eram antagônicas. Esta fórmula se aplica ao tratamento dispensado pelo presidente ao Novo Ensino Médio.

Lula é conhecido por sua capacidade em tocar no emocional das pessoas em seus discursos. Fez isso na ocasião em que se entregou à Polícia Federal em 2018, por “acreditar na Democracia” e quando lançou sua máxima “o povo brasileiro voltar a comer picanha”, por exemplo.

Agora estamos diante de um momento exemplar da contradição entre o discurso e a prática de Lula: neste mandato ele pretende dar maior ênfase à educação básica (que inclui o Ensino Médio) e, portanto, prometeu refletir sobre o pedido de revogação entregue por entidades do setor da Educação. Inúmeros abaixo-assinados correram no ano passado, enquanto a participação da categoria

em manifestações de rua era mínima. O setor majoritariamente apostou no retorno do PT ao governo pelo voto.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O NEM

Camilo Santana, ministro da Educação de Lula, não pretende revogar o NEM. Para ele bastam alguns “ajustes”. Assim, a promessa feita pelo governo à Confederação Nacional de trabalhadores da Educação de criar um grupo de trabalho para analisar a situação é letra morta: o máximo que o Ministério da Educação fará é analisar os dados da consulta pública aberta em março, com prazo de 90 dias, para avaliação e reestruturação da política nacional para o Ensino Médio.

Camilo Santana não estará sozinho na sua resistência contra a revogação do NEM. Izolda Cela, secretária executiva do MEC e responsável pelo modelo de Educação no município de Sobral (CE), considerado bem-sucedido (com parcerias com o setor privado) é sua aliada. Encontrar essa defesa na pasta da Educação do governo não espanta: desde o período de transição fez-se a escolha pelas instituições privadas e não pelos movimentos sociais ligados ao setor.

O NEM É NEOLIBERAL, É PRECISO DERROTÁ-LO

O NEM pareceu sedutor por pretender dar aos estudantes a oportunidade de escolher o itinerário formativo de sua preferência. Muitas escolas públicas, entretanto, não poderão oferecer todos os itinerários, especialmente as mais pobres, que tendem a ficar restritas às formações para empregos mais mal remunerados.

A rede particular, porém, tende a seguir com todas as disciplinas que deixaram de ser obrigatórias, encarecendo o custo da formação. A desigualdade social será cada vez mais acirrada. Vestibulares e o ENEM seguirão cobrando todas as áreas.

Em suma, o NEM pretende que a classe trabalhadora não chegue às universidades. E estas já perceberam isso e os estudantes realizaram protestos em várias cidades no dia 15 de março. O que mostrou a necessidade de lutar para que se faça valer a nossa necessidade de revogar o NEM que vai tornar a educação mais desestruturada para os mais pobres.

Só a classe trabalhadora unida poderá reverter mais este ataque neoliberal.

A Revolução Socialista terá muitos problemas para enfrentar e um deles, certamente, é a questão da produção agrícola e quais tecnologias serão utilizadas no campo. A produtividade, ainda mais com o crescimento populacional mundial, vai ser decisiva, tanto para acabar com a fome, quanto pelos limites sustentáveis de utilização da terra.

No capitalismo as principais tecnologias estão sob controle privado de modo que a expropriação e socialização dessas tecnologias serão fundamentais. É, portanto, uma questão estratégica.

É esse tema a esquerda de um modo geral não domina, inclusive, muitas vezes diz coisas sem o conhecimento necessário. Para contribuir com essa reflexão, publicaremos uma série de textos de Paulo Paes, pesquisador, foi prof. da UFPE, e membro do CTNBIO (2006/2012).debatendo questões como a produtividade no campo, melhoramento genético, aplicação da biotecnologia, etc. São textos que refletem o pensamento do autor, portanto, pelo menos por enquanto, não é a posição de Emancipação Socialista.

Deixamos as páginas desse jornal abertas para outras contribuições sobre o tema, pois, quanto mais elementos, melhor será o aprofundamento do conhecimento.

A MODIFICAÇÃO DE PLANTAS E ANIMAIS NOS ÚLTIMOS 10 MILÊNIOS

Como plantas e animais foram profundamente alterados por mãos humanas nos últimos 10 mil anos? Quem se apropriou desse melhoramento no início da agricultura e como a tecnologia de melhoramento chegou o presente?

Quando vamos à feira ou ao mercado, os legumes, os ovos, a carne, não nos chama a atenção como coisas derivadas de um longo processo de “melhoramento” pelo trabalho humano. A atenção está voltada para a beleza e o tamanho desses produtos, das aves e dos ovos e a cor da carne. E não cometemos nenhum erro: o objetivo é levar para casa comida de qualidade e a bom preço.

Por que é importante entender o processo de “melhoramento”

das plantas e animais? Não foram sempre assim? O que a humanidade ganhou com esse melhoramento e o que perdeu?

Engels na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” nos explicou que a agricultura transformou a sociedade e iniciou o processo de acumulação de capital. O que talvez não enfatizou foi o papel fundamental do melhoramento genético de plantas e, em menor grau, de animais de produção, na evolução da agricultura.

Onde uma civilização se estabeleceu, a agricultura a antecedeu, trazendo com ela os primeiros passos da transformação de plantas selvagens em plantas domésticas. Nesse processo o agricultor sempre buscou características que o ajudavam a obter uma safra que

o sustentasse e que lhe desse algum retorno, por escambo ou por venda, para obter outros bens de consumo ou de moradia e trabalho. O processo de melhoramento usou e ainda usa uma seleção continuada por muitas gerações. Nele, o agricultor seleciona e propaga as novas plantas que surgem espontaneamente e que lhe interessam por terem certas características novas de importância agrônômica.

Esse processo foi geral e bem-sucedido pelo mundo. Os exemplos mais conhecidos são o milho, o trigo, o arroz, a banana e a cana-de-açúcar. Mas ele ocorreu, com maior ou menor intensidade e por mais ou menos tempo, para todas as plantas e animais que hoje consumimos ou que nos auxiliam. Darwin já nos alertava em seu livro "A Origem das Espécies" que os ancestrais de boa parte das verduras e legumes consumidos na Europa no meio do século XIX não seriam reconhecidos por nós após menos de 2000 anos de domesticação, valendo a afirmação para produtos do dia-a-dia como a cenoura e a couve-flor (Figura 1). Imagine-se, então, o tanto que as plantas e animais foram modificados pela mão humana em 20 mil anos de agricultura!

Por exemplo: o milho é produto da domesticação do teosinte nas Américas e não se propaga sem o auxílio do ser humano. No processo de melhoramento as sementes ficaram cobertas pela palha e quando caem ao solo a espiga apodrece ou seca antes que germinem e sem dispersores naturais das sementes, necessita do ser humano para se reproduzirem.

O bicho-da-seda (uma mariposa), domesticado na Ásia há mais de 8 mil anos, não consegue mais voar e o macho não procura a fêmea e nem a encontra, a menos que esteja a poucos palmos de distância. Todo o processo de reprodução dos insetos e produção da seda é controlado pelo ser humano, numa tecnologia tradicional e cristalizada há milênios.

Não existe hoje na mesa e na roça quase nada que seja "natural", exceto a) peixes capturados nos mares, lagoas, rios e lagoas e outros animais silvestres, e b) frutos e folhas de algumas poucas plantas que não sofreram um processo de melhoramento anterior.

QUEM SE APROPRIOU?

Ao longo desses 10.000 anos de história e mais de 100 plantas e animais de importância crucial para a Humanidade, quem se apropriou dos produtos dessa tecnologia fundamental para a humanidade e teve como efeito colateral nocivo a acumulação do capital?

Os primeiros agricultores provavelmente partilhavam as sementes melhoradas, estacas de plantas e animais com características mais desejáveis com seu grupo. Novas variedades provavelmente também eram obtidas por conquistas militares ou por negociação entre clãs e outros agrupamentos humanos. Com o surgimento das classes sociais os produtores perderam o controle das sementes e dos animais e o que era coletivo agora tem um proprietário, mas este ainda dependia do sucesso do agricultor em encontrar variedades novas, melhores e mais atrativas para o mercado. Essa situação perdurou, provavelmente, até o séc. XIX, quando Institutos de Pesquisa e Universidades começaram pesquisas voltados ao melhoramento genético. Entretanto, a produção de novas variedades se tornou "capital" para as empresas só com a redescoberta das leis de Mendel, nos primeiros anos do séc. XX.

AO VENCEDOR, AS BATATAS – O CAPITAL LEVA TUDO

A base científica do melhoramento vegetal e animal envolve primariamente a genética. Sem compreender a genética da planta ou do animal, não seria possível ir além do já alcançado pelos agricultores. E esse conhecimento está controlado pelos monopólios capitalistas e pelo Estado através das Universidades e Institutos de Pesquisas. Salvo raras exceções, o agricultor individual não tem mais o conhecimento, as ferramentas ou o apoio financeiro para manter o melhoramento genético capaz de competir com essas empresas e o Estado.

O melhoramento genético, por um lado, foi adotado por todos os países e, por outro lado, o conhecimento e a inovação gerados

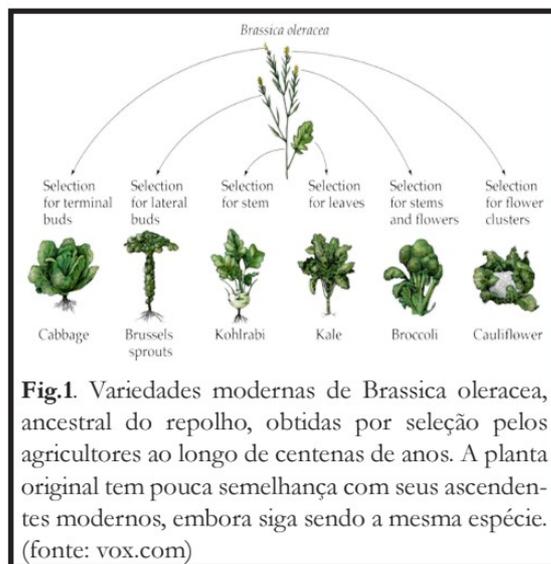


Fig.1. Variedades modernas de *Brassica oleracea*, ancestral do repolho, obtidas por seleção pelos agricultores ao longo de centenas de anos. A planta original tem pouca semelhança com seus ascendentes modernos, embora siga sendo a mesma espécie. (fonte: vox.com)

foram monopolizados por empresas, que comercializam sementes e outros propágulos e matrizes de animais no mundo todo. As empresas estatais e outros programas, que visam garantir ao pequeno e médio agricultor sementes e matrizes de qualidade, sem que este se insira inteiramente na cadeia produtiva da agricultura de larga escala, fazem em geral um contraponto tímido à essas empresas. Nesse processo, ao fim do século XX, o agricultor havia perdido a capacidade de desenvolver suas próprias sementes ou variantes novas de animais.

Assim, como os preços são definidos pela produtividade e com a necessidade de obter lucro, os agricultores são obrigados a comprar sementes de qualidade (sem doenças, boas características agrícolas e alta produtividade) ou bons reprodutores. Com o monopólio, típico do agronegócio, terminam caindo nas mãos dos produtores privados de sementes e matrizes animais; esse processo terminou por enfraqueceu as estatais agrícolas e os programas de apoio aos pequenos e médios agricultores.

O atual processo de desenvolvimento de semente ou de bons reprodutores não permite voltar ao passado, seja como resgate da autonomia do agricultor no melhoramento de sua própria semente ou rebanho, seja como garantia de participação em programas de melhoramento. Uma solução precisa ser encontrada, dentro ou fora do sistema capitalista. É o que será discutido na sequência de textos.

A IMPORTANTE TRADIÇÃO ARGENTINA PELA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA!



O dia 24 de março é um dos mais importantes feriados na Argentina, pois nesta data em 1976 iniciou-se o golpe civil-militar-ecclesiástico no país, regime que levou a mais de 30 mil desaparecidos e mortos por serem contrários ao governo que se instalou. Neste país, além do apoio da população, influenciada midiaticamente pelos interesses dos EUA (e estes apoiados pela força militar), teve o papel fundamental da Igreja Católica. Esta participou ativamente na repressão de diversas formas, principalmente auxiliando no sequestro de bebês de mulheres lutadoras contra essa ditadura, que presas, após o parto, tinham seus bebês levados para serem cuidados por famílias defensoras do regime militar.

Esse fato inclusive levou a criação do Movimento das Madres da Plaza del Mayo, que buscam até hoje, notícias de seus filhos e netos que desapareceram nesse período. A título de curiosidade, a autora Margaret Atwood, que fez o livro que se tornou série, “O Conto de Aia (The Handmaid’s Tale)”, se inspirou nesse fato histórico para criar sua história distópica.

Esse período na Argentina teve muita repressão e o mote dos torturadores era: “extirpar, erradicar e reestruturar”, inflando o discurso que tinha que se acabar com o “mal comunista no país”, o que levou a criação e ocupação de muitos centros de tortura e assassinatos, os chamados “chupaderos”. Estes podiam ser desde prisões propriamente ditas, até casas e fazendas afastadas, que eram ocupadas e utilizadas para tal prática.

A extensiva política econômica liberal praticada por esses governos levaram ao enfraquecimento industrial do país e ao aumento da crise financeira. A ditadura, então, cue como última cartada, tentou retomar as Malvinas. Com o fracasso da Argentina nessa guerra, o regime militar elevou a sua crise interna e não conseguiu se manter, ainda mais com a pressão dos movimentos populares que já denunciavam todas as catástrofes cometidas contra a militância que os enfrentava. Assim, em 1983, acabou-se esse regime e se iniciou outro momento histórico muito importante na história do país, a organização da punição aos agentes dos crimes de prisão, tortura, desaparecimento, sequestro e assassinato cometidos pelo Estado.

Com a recuperação da democracia burguesa, se instalou também o discurso sobre a defesa dos Direitos Humanos, e graças às Madres da Plaza del Mayo e várias outras organizações que enfrentaram a ditadura militar, o debate sobre a memória dos mortos e a necessidade de encontrar os desaparecidos políticos, bem como a justiça contra quem cometeu esses crimes, possuíram um impacto social e se iniciou processos contra os militares que estiveram à frente da ditadura.

O filme “Argentina, 1985” do diretor Santiago Mitre e com o ator Ricardo Darín no papel principal do promotor Julio Strassera, mostra a luta, não somente do protagonista mas de muita gente que atuou para enfrentar a força dos militares (e suas

ameaças) e juntar as provas necessárias para terminar no Julgamento da Junta Militar com a punição dos ditadores. Cabe retomar a fala no final do filme feita pela personagem de Darín:

“Este julgamento e a sentença que proponho buscam estabelecer uma paz baseada não no esquecimento, mas na memória. Não na violência, mas na justiça. Esta é nossa oportunidade. Talvez seja a última. Senhores juízes, quero renunciar expressamente a toda pretensão de originalidade para este encerramento. Quero usar uma citação que não pertence a mim, porque já pertence a todo o povo argentino. Senhores juízes: Nunca mais.”

Sob esse lema, a Argentina mantém forte a tradição de preservar viva a memória do dia 24 de março e iniciativas como a Marcha pela Memória, Verdade e Justiça pois sem a punição da violência do Estado, não é possível avançar a história pela luta para a democracia verdadeira, a que só pode ser construída pela classe trabalhadora.

Na luta pelo enfrentamento aos resquícios da ditadura no país, os movimentos de esquerda mantém o debate pela memória de todos os desaparecidos políticos que ainda não tiveram seus corpos enterrados pelos seus familiares e ainda colocam a discussão da destruição econômica que esse regime potencializou com o aumento da dívida pública que leva o país até hoje a ter diversas crises econômicas e alta inflacionárias dos preços, lutando também pelo não pagamento da dívida pública!

Se há algo que precisamos nos espelhar em nossos hermanos, é a necessidade, ainda que tardia, de punir (sem anistia!) todos os torturadores e apoiadores desse regime no Brasil, para que figuras como Bolsonaro e seus asseclas não cresçam politicamente e episódios como o 8 de janeiro não se repitam e fiquem permanentemente na lata do lixo da história.

FILME: ARGENTINA, 1985

O filme se inspira na história de Julio Strassera, Luís Moreno Ocampo e sua equipe que processaram vários militares da ditadura, incluindo os principais chefes das Forças Armadas argentinas, também conhecido como “Julgamento das Juntas. Apurou os vários crimes, como as torturas e desaparecimentos políticos ocorridos no período da ditadura militar argentina entre os anos 1976-1983.

Foi o primeiro julgamento no mundo por um tribunal civil contra comandantes militares ditadores. No final, 709 casos foram julgados e sentenciados pelos juízes que coordenaram o caso.

Os julgamentos seguiram. Até março de 2022, 1.058 pessoas foram condenadas em 273 sentenças, conforme a Promotoria de Crimes contra a Humanidade.

Está disponível na Amazon Prime, mas é possível encontrá-lo por vias alternativas.